MUNICÍPIO DE ITAPEVA
Avançando em tudo, cuidando de todos. MINAS GERAIS

CHEFIA DE GABINETE

DECRETO Nº 75 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PUBLICAÇÃO
Itapeva,
14 SET 2026
Publicação no quadro de avisos da P. M. I. nesta data, para que produza seus efeitos Legais e eficácia exigida.

"HOMOLOGA O RESULTADO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEVA/MG – CMCI, REALIZADO EM 11 DE SETEMBRO DE 2026, CONSOLIDA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS TITULARES DO CONSELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.733, de 29 de maio de 2026, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura de Itapeva/MG – CMCI e estabelece sua composição;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 060, de 10 de agosto de 2026, que regulamenta o processo de escolha, eleição, nomeação e posse dos membros do Conselho Municipal de Cultura de Itapeva/MG – CMCI;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 063, de 19 de agosto de 2026, que nomeou os representantes titulares do Poder Público Municipal para compor o CMCI;

CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº 1/2026 e a realização, em 11 de setembro de 2026, do Fórum de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil do Conselho Municipal de Cultura de Itapeva/MG – CMCI;

CONSIDERANDO a Ata do Fórum de 11 de setembro de 2026, que registrou a votação, a apuração, a proclamação dos resultados e as deliberações consensuais adotadas pelos presentes;

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito - Município de Itapeva - MG

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Fórum de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil do Conselho Municipal de Cultura de Itapeva/MG – CMCI, realizado em 11 de setembro de 2026, conforme Ata do Fórum e documentos integrantes do respectivo processo.

Art. 2º Fica consolidada a composição dos membros titulares do Conselho Municipal de Cultura de Itapeva/MG – CMCI, mantendo-se as nomeações dos representantes do Poder Público Municipal promovidas pelo Decreto nº 063/2026 e ficando nomeados os representantes da sociedade civil escolhidos e proclamados no Fórum de 11 de setembro de 2026, na seguinte forma:

I – REPRESENTANTES TITULARES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

a) Setor Administrativo, com conhecimentos e experiências em atividades culturais:

MARCELO GUIDO BEKER;

SILVIA APARECIDO DA ROSA.

b) Secretaria Municipal de Educação:

KELY FERNANDA BEKER DA ROSA;

MARIA TAÍS DOS SANTOS LEMES.

c) Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Turismo:

RODRIGO JOSÉ SILVA DE OLIVEIRA.

d) Secretaria Municipal de Assistência Social:

DESIRRE STHEFANI FRAGA SILVA RAINHO.

e) Secretaria Municipal de Obras:

NATÁLIA ARAÚJO PEREIRA.

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito - Município de Itapeva - MG

II – REPRESENTANTES TITULARES DA SOCIEDADE CIVIL

a) Área musical:

GUSTAVO EVANGELISTA NOGUEIRA;

REGIANA APARECIDA TEODORO MACIEL DA CUNHA.

b) Área teatral:

SYNNARA CARNEIRO DA SILVA.

c) Vaga de representação originalmente destinada ao Artesanato Local, preenchida por deliberação consensual do Fórum, diante da ausência de eleitores presentes no respectivo segmento:

SINEVAL FERNANDES JUNIOR.

d) Área da dança:

RYAN CARLOS LEBRÃO.

e) Artes visuais:

MATEUS GONÇALVES MESSIAS.

f) Literatura:

GEISSIANE CATARINA CAMPOS DOS SANTOS.

§ 1º Para fins de fidelidade ao processo eleitoral, registra-se que SINEVAL FERNANDES JUNIOR concorreu originalmente pelo segmento Música e, diante da ausência de eleitores no segmento Artesanato Local, foi escolhido por deliberação consensual dos participantes presentes no Fórum para integrar a composição titular do CMCI, conforme consignado em Ata.

§ 2º O presente Decreto consolida exclusivamente os membros titulares do CMCI, não abrangendo suplentes.

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito - Município de Itapeva - MG

Art. 3º Os membros titulares ora consolidados exercerão suas funções em conformidade com as competências, atribuições, mandato e demais disposições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.733/2026, no Decreto Municipal nº 060/2026 e no Regimento Interno do Conselho.

Art. 4º O mandato dos membros do CMCI terá duração de 2 (dois) anos, admitida a recondução nos termos da legislação municipal, contado da respectiva posse.

Art. 5º A função de membro do Conselho Municipal de Cultura será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 6º Na sessão de instalação do CMCI será realizada, entre os conselheiros titulares presentes, a eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário, nos termos do Decreto Municipal nº 060/2026.

Art. 7º Permanecem mantidas, no que não conflitarem com este Decreto, as disposições e nomeações constantes do Decreto Municipal nº 063/2026.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapeva/MG, 14 de setembro de 2026.

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o presente ato foi registrado no Livro de Registro de Portarias, e publicado no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal.

Prefeitura do Município de Itapeva, 14 de setembro de 2026

Alexandre Ribeiro de Patto
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 76 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PUBLICAÇÃO
Itapeva,
14 SET 2026
Publicação no quadro de avisos da P. M. I. nesta data, para que produza seus efeitos Legais e eficácia exigida.

"REGULAMENTA A OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA DE ITAPEVA/MG – FACI, DISPÕE SOBRE INSCRIÇÃO NO CNPJ, GESTÃO, MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, CONTROLE, PRESTAÇÃO DE CONTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.733/2026, que criou o Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Itapeva/MG – FACI, destinado ao incentivo e ao fomento das atividades culturais;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.733/2026 estabelece que o FACI é entidade contábil sem personalidade jurídica, devendo possuir inscrição própria no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

CONSIDERANDO que a mesma Lei determina que os recursos financeiros do FACI sejam depositados em conta específica, sob gestão do Chefe do Poder Executivo, com acompanhamento e fiscalização do Conselho Municipal de Cultura de Itapeva/MG – CMCI;

CONSIDERANDO que a administração dos recursos do FACI compete ao órgão municipal responsável pela política de cultura, cabendo ao Setor de Fazenda o controle financeiro da aplicação dos recursos e a avaliação das prestações de contas;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários e bancários necessários à efetiva operacionalização do Fundo;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE, NATUREZA E VINCULAÇÃO

Art. 1º Este Decreto regulamenta a operacionalização do Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Itapeva/MG – FACI, criado pela Lei Municipal nº 1.733/2026, disciplinando sua inscrição cadastral, gestão administrativa, movimentação bancária, execução orçamentária e financeira, controle, transparência e prestação de contas.

Art. 2º O FACI constitui entidade contábil sem personalidade jurídica, de vigência por tempo indeterminado, vinculado administrativamente à Diretoria Municipal de Cultura e Turismo, ou ao órgão municipal que vier a sucedê-la na gestão da política pública de cultura.

§ 1º O FACI deverá possuir inscrição própria no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, na natureza jurídica correspondente a Fundo Público da Administração Direta Municipal, observada a classificação cadastral vigente da Receita Federal do Brasil.

§ 2º Para fins cadastrais, será utilizada a denominação "FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA DE ITAPEVA/MG – FACI", com endereço institucional definido pelo Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO II
DA INSCRIÇÃO NO CNPJ E DA ESTRUTURA CONTÁBIL

Art. 3º Ficam a Contabilidade Municipal, o Setor de Fazenda e os demais setores competentes autorizados e incumbidos de praticar todos os atos necessários à inscrição do FACI no CNPJ, inclusive perante a Receita Federal do Brasil e a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.

I – utilizar como ato constitutivo a Lei Municipal nº 1.733/2026 e sua publicação oficial;

II – indicar como responsável perante o CNPJ o Chefe do Poder Executivo Municipal, na condição de gestor do Fundo;

III – promover os registros contábeis, fiscais e cadastrais necessários à individualização do FACI;

IV – manter atualizados os dados cadastrais do Fundo durante toda a sua vigência.

Art. 4º A execução orçamentária e financeira do FACI integrará o orçamento do Município, com identificação própria de unidade, ação, fonte, destinação ou classificação equivalente capaz de individualizar suas receitas e despesas, em conformidade com o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a Lei Orçamentária Anual – LOA e a legislação de finanças públicas.

CAPÍTULO III
DA GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo Municipal é o gestor do FACI, nos termos da Lei Municipal nº 1.733/2026.

Art. 6º A administração técnica e operacional dos recursos do FACI caberá à Diretoria Municipal de Cultura e Turismo, ou ao órgão municipal que vier a substituí-la na condução da política de cultura.

I – planejar e instruir as ações, programas, projetos, editais e demais instrumentos de fomento cultural;

II – submeter ao CMCI as matérias que, por lei ou regulamento, dependam de sua aprovação ou deliberação;

III – acompanhar a execução física e cultural das ações financiadas;

IV – manter organizada a documentação administrativa e os processos vinculados ao FACI.

Art. 7º Compete ao Setor de Fazenda, à Contabilidade e à Tesouraria Municipal, no âmbito de suas atribuições:

I – realizar o controle financeiro e contábil das receitas e despesas do FACI;

II – executar os registros de arrecadação, empenho, liquidação e pagamento;

III – realizar conciliações bancárias e controlar saldos, aplicações e rendimentos;

IV – avaliar as prestações de contas dos projetos beneficiados, conforme a legislação e os instrumentos de fomento;

V – prestar as informações necessárias aos órgãos de controle interno e externo e ao CMCI.

CAPÍTULO IV
DA CONTA BANCÁRIA E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Art. 8º Após a obtenção do CNPJ próprio, será aberta conta bancária específica para o FACI, sob a denominação "FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA DE ITAPEVA/MG – FACI", em instituição financeira oficial, observada a legislação aplicável às disponibilidades de caixa do Município.

§ 1º Poderão ser abertas contas bancárias específicas adicionais quando exigidas por convênios, transferências, programas ou fontes de recursos vinculadas, mantida a identificação contábil individualizada.

§ 2º Os rendimentos financeiros provenientes das disponibilidades do FACI constituirão receita do próprio Fundo, quando juridicamente admissível e observado o vínculo da fonte originária.

Art. 9º A movimentação bancária das contas do FACI será realizada conjuntamente pelo PREFEITO MUNICIPAL e pelo TESOUREIRO MUNICIPAL, mediante dupla autorização, assinatura conjunta física ou eletrônica, conforme os procedimentos da instituição financeira e as rotinas da Tesouraria Municipal.

§ 1º Serão cadastrados perante a instituição financeira, como representantes autorizados à movimentação, o Prefeito Municipal e o Tesoureiro Municipal, cada qual no âmbito de suas atribuições, observada a exigência de dupla autorização.

§ 2º Nas hipóteses de afastamento, impedimento ou vacância, a movimentação poderá ser praticada pelos respectivos substitutos legais ou servidores formalmente designados em ato específico, preservada a exigência de atuação conjunta.

§ 3º A Presidência do CMCI e a Diretoria Municipal de Cultura e Turismo não terão, por essa condição, poderes autônomos de movimentação bancária, sem prejuízo das competências de deliberação, fiscalização, instrução e acompanhamento previstas em lei.

Art. 10º Nenhum pagamento será realizado diretamente da conta do FACI sem processo administrativo regular e observância das etapas de execução da despesa pública, inclusive empenho, liquidação, autorização de pagamento e demais controles exigidos pela legislação.

CAPÍTULO V
DAS RECEITAS E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 11º Constituem receitas do FACI, além de outras legalmente admitidas:

I – dotações e previsões orçamentárias constantes do PPA, da LDO e da LOA;

II – doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas e de instituições públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos, contratos, transferências e instrumentos congêneres;

IV – rendimentos de aplicações financeiras, quando cabíveis;

V – outras receitas legalmente incorporáveis que lhe forem destinadas.

Art. 12º Os recursos do FACI somente poderão ser aplicados nas finalidades previstas na Lei Municipal nº 1.733/2026, especialmente por meio de editais públicos de seleção, premiações, bolsas, instrumentos de parceria, promoção de eventos de mérito cultural e apoio a ações, programas e projetos de interesse público cultural.

Art. 13º A liberação de recursos destinados a projetos culturais dependerá de aprovação do CMCI e do cumprimento das regras de habilitação, seleção e formalização previstas na Lei Municipal nº 1.733/2026 e no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Quando aplicável, a seleção dos projetos será realizada por pareceristas externos, na forma prevista na legislação municipal e no respectivo edital.

Art. 14º Somente poderão receber recursos do FACI os agentes culturais que atendam às exigências legais e estejam regularmente inscritos no Registro Municipal competente, observadas as vedações previstas na Lei Municipal nº 1.733/2026.

Parágrafo único. Permanece vedada a concessão de recursos do FACI a projetos apresentados por pessoa física que seja servidor público municipal ou por pessoa jurídica que tenha como responsável servidor público municipal, nos termos da legislação de criação do Fundo.

CAPÍTULO VI
DO PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 15º A Diretoria Municipal de Cultura e Turismo elaborará, com apoio técnico da Fazenda e da Contabilidade, proposta de plano de aplicação dos recursos do FACI, compatível com os instrumentos de planejamento e orçamento do Município, submetendo-a à apreciação do CMCI.

Art. 16º O CMCI acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos do FACI e deliberará sobre as matérias de sua competência, sem prejuízo das atribuições próprias do controle interno, da Fazenda, da Contabilidade, da Tesouraria e dos órgãos de controle externo.

Art. 17º A prestação de contas dos projetos financiados pelo FACI observará as regras definidas no edital, termo, contrato, instrumento de fomento ou ato de concessão, cabendo ao Setor de Fazenda a avaliação financeira e à área de cultura o acompanhamento da execução do objeto.

Art. 18º Os extratos, receitas, despesas, saldos, relatórios e demais informações pertinentes ao FACI deverão ser mantidos em registros próprios e disponibilizados ao CMCI e aos órgãos de controle, promovendo-se a transparência ativa nos meios oficiais do Município na forma da legislação aplicável.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º A Diretoria Municipal de Cultura e Turismo, o Setor de Fazenda, a Contabilidade e a Tesouraria ficam autorizados a expedir rotinas, formulários, instruções administrativas e procedimentos complementares necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 20º Os casos omissos de natureza administrativa e financeira serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvidos, quando necessário, a Assessoria Jurídica, a Contabilidade, o Setor de Fazenda e o CMCI, conforme a matéria.

Art. 21º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapeva/MG, 14 de setembro de 2026.

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o presente ato foi registrado no Livro de Registro de Portarias, e publicado no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal.

Prefeitura do Município de Itapeva, 14 de setembro de 2026

Alexandre Ribeiro de Patto
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 92 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

PUBLICAÇÃO
Itapeva,
14 OUT. 2026
Publicação no quadro de avisos da P. M. I. nesta data, para que produza seus efeitos Legais e eficácia exigida.

"RETIFICA E COMPLEMENTA O DECRETO MUNICIPAL Nº 75/2026, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026, QUE REGULAMENTA A OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA, ADEQUA SUA DENOMINAÇÃO À LEI MUNICIPAL Nº 1.733/2026, NOMEIA E IDENTIFICA O GESTOR DO FUNDO PARA FINS ADMINISTRATIVOS E CADASTRAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.733/2026 criou o Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Itapeva-MG - FACI, estabelecendo no art. 15, § 2º, que o gestor do Fundo será o Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.733/2026 entrou em vigor na data de sua publicação, ocorrida em 02 de junho de 2026, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, Ano XVIII, nº 4286;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 76/2026, de 14 de setembro de 2026, que regulamentou a operacionalização do FACI;

CONSIDERANDO o Despacho de Indeferimento e Arquivamento proferido pela Receita Federal do Brasil no Processo nº 13031.472231/2026-43, que orientou a adequação da

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito - Município de Itapeva - MG

denominação do Fundo ao ato legal de criação e a apresentação de ato publicado de nomeação de seu gestor;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar perfeita correspondência entre os atos municipais e os dados a serem informados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica retificada, para todos os fins administrativos, contábeis, fiscais, cadastrais e bancários, a denominação do Fundo prevista no Decreto Municipal nº 76/2026, de 14 de setembro de 2026, para que passe a constar exatamente como estabelecido no art. 14 da Lei Municipal nº 1.733/2026: "FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA DE ITAPEVA-MG - FACI".

Parágrafo único. Em todas as disposições do Decreto Municipal nº 76/2026 em que conste a expressão "Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Itapeva/MG – FACI" ou outra forma divergente, deverá ser considerada a denominação indicada no caput deste artigo.

Art. 2º Fica NOMEADO e formalmente identificado, para fins administrativos, contábeis, fiscais e cadastrais, o Senhor DANIEL PEREIRA DO COUTO, Prefeito Municipal de Itapeva/MG, como GESTOR do Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Itapeva-MG - FACI, em cumprimento ao art. 15, § 2º, da Lei Municipal nº 1.733/2026.

§ 1º O gestor indicado no caput será o responsável pelo FACI perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e demais cadastros públicos, sem prejuízo das competências da Contabilidade, Fazenda, Tesouraria, Diretoria Municipal de Cultura e Turismo e do Conselho Municipal de Cultura previstas na legislação municipal.

§ 2º A movimentação bancária do FACI continuará submetida às regras do Decreto Municipal nº 76/2026, inclusive quanto à atuação conjunta do Prefeito Municipal e do

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito - Município de Itapeva - MG

Tesoureiro Municipal, não sendo alteradas por este Decreto as demais disposições de gestão financeira já estabelecidas.

Art. 3º Para fins de inscrição cadastral do FACI no CNPJ, considera-se como data de vigência do ato legal de criação e, consequentemente, data do evento cadastral, o dia 02 de junho de 2026, correspondente à publicação da Lei Municipal nº 1.733/2026.

Art. 4º Permanecem inalteradas e ratificadas as demais disposições do Decreto Municipal nº 76/2026, de 14 de setembro de 2026, que não conflitarem com o presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapeva/MG, 14 de outubro de 2026.

DANIEL PEREIRA DO COUTO

PREFEITO DO MUNICÍPIO

CERTIDÃO

Certifico que o presente ato foi registrado no Livro de Registro de Portarias, e publicado no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal.

Prefeitura do Município de Itapeva, 14 de outubro de 2026

ALEXANDRE RIBEIRO DE PATTO
CHEFE DE GABINETE

MUNICÍPIO DE ITAPEVA
Avançando em tudo, cuidando de todos. MINAS GERAIS

CHEFIA DE GABINETE

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEVA/MG – CMCI

PUBLICAÇÃO
Itapeva,
14 SET 2026
Publicação no quadro de avisos da P. M. I. nesta data, para que produza seus efeitos Legais e eficácia exigida.

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE
MEMBROS TITULARES – MANDATO 2026/2028

Aos **quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis**, no Município de Itapeva, Estado de Minas Gerais, perante o Chefe do Poder Executivo Municipal, DANIEL PEREIRA DO COUTO, são empossados, na qualidade de membros titulares do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEVA/MG – CMCI, os representantes abaixo relacionados, nos termos da Lei Municipal nº 1.733, de 29 de maio de 2026, do Decreto Municipal nº 60, de 10 de agosto de 2026, do Decreto Municipal nº 63, de 19 de agosto de 2026 e do Decreto Municipal nº **75/2026**, que homologa o resultado do Fórum de Eleição da Sociedade Civil realizado em 11 de setembro de 2026 e consolida a composição titular do Conselho.

Os empossados declaram aceitar o encargo e assumir o compromisso de exercer suas funções com responsabilidade, ética, transparência e observância da legislação aplicável, comprometendo-se a participar das atividades do colegiado, colaborar para a formulação, acompanhamento e fortalecimento das políticas culturais do Município e zelar pelo interesse público e pelo desenvolvimento cultural de Itapeva/MG.

A função de Conselheiro Municipal de Cultura constitui serviço público relevante e não remunerado. O mandato terá duração de 2 (dois) anos, admitida a recondução nos termos da legislação municipal.

I – REPRESENTANTES TITULARES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Órgão/Representação	Membro titular
Setor Administrativo	**MARCELO GUIDO BEKER**
Setor Administrativo	**SILVIA APARECIDO DA ROSA**
Secretaria Municipal de Educação	**KELY FERNANDA BEKER DA ROSA**
Secretaria Municipal de Educação	**MARIA TAÍS DOS SANTOS LEMES**
Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Turismo	**RODRIGO JOSÉ SILVA DE OLIVEIRA**

Secretaria Municipal de Assistência Social	**DESIRRE STHEFANI FRAGA SILVA RAINHO**
Secretaria Municipal de Obras	**NATÁLIA ARAÚJO PEREIRA**

II – REPRESENTANTES TITULARES DA SOCIEDADE CIVIL

Membro titular
GUSTAVO EVANGELISTA NOGUEIRA
REGIANA APARECIDA TEODORO MACIEL DA CUNHA
SYNNARA CARNEIRO DA SILVA
SINEVAL FERNANDES JUNIOR
RYAN CARLOS LEBRÃO
MATEUS GONÇALVES MESSIAS
GEISSIANE CATARINA CAMPOS DOS SANTOS

COMPROMISSO: Os membros acima relacionados comprometem-se, sob sua palavra e responsabilidade, a cumprir e fazer cumprir a Lei Municipal nº 1.733/2026, o Decreto Municipal nº 60/2026, o Regimento Interno do CMCI e as demais normas aplicáveis, exercendo o mandato com assiduidade, independência, espírito público e respeito às deliberações colegiadas.

E, para que produza seus jurídicos e administrativos efeitos, lavra-se o presente TERMO DE COMPROMISSO E POSSE, que, lido e achado conforme, é assinado pelo Prefeito Municipal e pelos Conselheiros titulares empossados.

Itapeva/MG, 14 de setembro de 2026.

ASSINATURAS:

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito - Município de Itapeva - MG

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito Municipal

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

MARCELO GUIDO BEKER
Conselheiro Titular

SILVIA APARECIDO DA ROSA
Conselheira Titular

KELY FERNANDA BEKER DA ROSA

Conselheira Titular

MARIA TAÍS DOS SANTOS LEMES

Conselheira Titular

RODRIGO JOSÉ SILVA DE OLIVEIRA

Conselheiro Titular

DESIRRE STHEFANI FRAGA SILVA RAINHO

Conselheira Titular

NATÁLIA ARAÚJO PEREIRA

Conselheira Titular

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

GUSTAVO EVANGELISTA NOGUEIRA

Conselheiro Titular

REGIANA APARECIDA TEODORO MACIEL DA CUNHA

Conselheira Titular

SYNNARA CARNEIRO DA SILVA

Conselheira Titular

SINEVAL FERNANDES JUNIOR

Conselheiro Titular

RYAN CARLOS LEBRÃO

Conselheiro Titular

MATEUS GONÇALVES MESSIAS

Conselheiro Titular

GEISSIANE CATARINA CAMPOS DOS SANTOS

Conselheira Titular



Protocolo

26/08/2026
Recebido
Anderson Braga de Melo
de Souza

À

CONTABILIDADE MUNICIPAL / SETOR CONTÁBIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA/MG

Assunto: Solicitação de previsão e inclusão de dotações orçamentárias para o exercício de 2027 – Cultura, Patrimônio Cultural e Turismo.

Prezados,

Considerando o processo de elaboração da proposta orçamentária do Município de Itapeva/MG para o exercício de 2027, encaminhamos, para análise e inserção nas peças de planejamento pertinentes, proposta de **previsão e reserva de espaço orçamentário** destinada às políticas públicas municipais de **Patrimônio Cultural, Cultura e Turismo**, observando-se a necessidade de adequada distinção entre o **Fundo Municipal do Patrimônio Cultural – FUMPAC**, o **Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR** e o recém-criado **Fundo Municipal de Apoio à Cultura – FACI**.

A presente solicitação não representa mera ampliação nominal de dotações. Busca corrigir insuficiências evidenciadas durante a execução do orçamento de 2026, incorporar despesas estruturantes ainda inexistentes e, principalmente, adequar a estrutura orçamentária municipal ao novo cenário institucional da Cultura e às necessidades concretas de fortalecimento do Turismo.

No caso da Cultura, a Lei Municipal nº **1.733, de 29 de maio de 2026**, instituiu o Conselho Municipal de Cultura – CMCI e o Fundo Municipal

de Apoio à Cultura – FACI, estabelecendo novas obrigações administrativas, de planejamento, acompanhamento, registro de agentes culturais, elaboração de procedimentos públicos de acesso aos recursos, fiscalização e execução de políticas de fomento. A própria Lei atribui ao órgão municipal de Cultura o apoio administrativo necessário ao Conselho e confere ao CMCI participação no planejamento orçamentário e no acompanhamento da aplicação dos recursos.

Tal alteração legislativa torna necessário distinguir, já no orçamento de 2027, os recursos destinados à **manutenção da estrutura pública e preservação do patrimônio cultural**, daqueles destinados especificamente ao **fomento direto à produção cultural local**.

Quanto ao Turismo, pretende-se superar um modelo de custeio mínimo e avançar para uma política pública efetivamente estruturante. O PMDTS 2023/2026 de Itapeva definiu como frentes de atuação o desenvolvimento turístico-estrutural, humano, da informação e estratégico, chegando a projetar **R$ 1.260.000,00** para seu período de vigência, além de ações cujo custo permaneceu "a definir".

O orçamento atual do FUMTUR mostrou-se insuficiente para implementar ações permanentes de promoção, sinalização, qualificação, roteirização, melhoria de atrativos, produção de informação e aparelhamento do órgão gestor, razão pela qual se propõe novo patamar de investimento para 2027

Diante disso, solicita-se a previsão das seguintes dotações:

I – FUNDO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL – FUMPAC

Proposta global de recursos próprios para 2027: R$ 3.508.100,00

Natureza	Proposta 2027	Fundamentação da manutenção
3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado	**R$ 65.250,00**	Necessária para manutenção da capacidade operacional e previsão da contratação de profissional bibliotecário, caso a solução administrativa adotada seja contratação temporária. A instalação de Biblioteca Municipal estruturada exige pessoal tecnicamente responsável e disponibilidade orçamentária prévia.
3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	**R$ 94.500,00**	Atualização em 5% da base de 2026, necessária à continuidade da força de trabalho permanente já vinculada à política cultural. A supressão ou subestimação desta dotação comprometeria despesas obrigatórias de pessoal.
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais	**R$ 25.500,00**	Despesa reflexa e obrigatória associada às despesas de pessoal, acrescida da perspectiva de ampliação da estrutura

Natureza	Proposta 2027	Fundamentação da manutenção
		de atendimento. Não se recomenda dimensionar vencimentos sem a correspondente cobertura de encargos.
3.3.50.41.00 – Contribuições	**R$ 31.500,00**	Reserva destinada a contribuições institucionalmente justificadas na área cultural, desde que precedidas de instrumento jurídico e enquadramento legal próprios. A dotação possibilita participação em entidades, programas ou instituições de interesse cultural sem necessidade de crédito adicional no decorrer do exercício.
3.3.90.30.00 – Material de Consumo	**R$ 52.500,00**	A execução de 2026 demonstra utilização significativa da rubrica. É indispensável para materiais administrativos, culturais, biblioteca, oficinas, atividades de preservação, exposições, eventos e funcionamento ordinário da área.
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF	**R$ 125.475,00**	A dotação original de 2026 revelou-se claramente insuficiente, exigindo suplementações e atingindo nível elevado de execução. Deve atender

Natureza	Proposta 2027	Fundamentação da manutenção
		serviços eventuais de pessoas físicas cuja contratação seja juridicamente adequada, como atividades culturais, técnicas, artísticas, oficinas e prestações especializadas.
Locação da Biblioteca Municipal/Sede da Cultura e Turismo	**R$ 37.800,00**	Previsão calculada com base em imóvel de até R$ 3.000,00 mensais, acrescido de 5%. A locação permitirá reunir Biblioteca, Cultura, Turismo, atendimento público, arquivos e apoio aos Conselhos em sede própria e funcional. A natureza final deverá ser adequada conforme o locador seja pessoa física ou jurídica.
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	**R$ 2.896.425,00**	Principal rubrica executiva da Cultura. Em 2026, a dotação inicialmente fixada em R$ 2,5 milhões precisou ser ampliada para R$ 2.758.500,00 e encontrava-se praticamente integralmente empenhada em 25/08/2026. A proposta representa essencialmente a manutenção da realidade executada, com atualização ,

Natureza	Proposta 2027	Fundamentação da manutenção
		de 5%, evitando repetição de sucessivos créditos suplementares em 2027. Cumpre reforçar que além de suportar despesas com festividades, por esta rubrica são aportados apoios para eventos de terceiros que constem no CALENDÁRIO CULTURAL-TURÍSTICO (Festa de São Sebastião, Semana Cultural Evangelística, Festa do Carreteiro, etc), custeio com profissionais da ESCOLA DE MÚSICA, prestações de serviços de decoração natalina/carnaval, pagamento de empresa para habilitação de ICMS CRITÉRIO CULTURAL, entre outras ações.
3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	**R$ 3.150,00**	Valor mínimo para sistemas, ferramentas digitais, suporte, banco de dados, comunicação institucional, gestão de acervos e demais recursos tecnológicos vinculados à Cultura e Biblioteca.

Natureza	Proposta 2027	Fundamentação da manutenção
3.3.90.46.00 – Auxílio-alimentação	**R$ 15.500,00**	Cobertura da despesa existente com previsão de ampliação da equipe. Trata-se de reflexo operacional que deve acompanhar eventual contratação ou provimento adicional.
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	**R$ 160.500,00**	Necessária à implantação e modernização da Biblioteca e da sede administrativa, contemplando estantes, mesas, cadeiras, armários, computadores, impressoras, equipamentos audiovisuais, climatização e demais bens permanentes de Cultura. A baixa previsão de 2026 não comporta a estrutura pretendida para 2027.
TOTAL	**R$ 3.508.100,00**	

Defesa geral do FUMPAC

A proposta parte da **execução efetiva de 2026**, e não apenas dos valores originalmente fixados na LOA.

Esse critério é particularmente relevante porque o exercício corrente demonstrou necessidade de suplementações expressivas, principalmente em

serviços de terceiros. Subdimensionar novamente as rubricas significaria elaborar a LOA de 2027 já sabendo que ela não refletirá a necessidade real do setor.

Propõe-se ainda que, tecnicamente possível, a Contabilidade avalie a segregação de ações específicas para:

Manutenção do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural;

Manutenção da Biblioteca Municipal e Sede da Cultura/Turismo;

Modernização e Aparelhamento da Cultura.

Isso permitirá melhor mensuração de resultados, controle de custos e transparência.

II – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR

Proposta global para 2027: R$ 400.000,00

Natureza	Proposta	Justificativa
3.3.50.41.00 – Contribuições	**R$ 20.000,00**	Destinada à manutenção da participação institucional do Município no Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas, instância regional reiteradamente indicada pelo PMDTS como parceira na execução das políticas municipais de Turismo.

Natureza	Proposta	Justificativa
3.3.90.30.00 – Material de Consumo	**R$ 20.000,00**	Material promocional, apoio a ações, campanhas, atividades de recepção, sinalização de menor porte e consumo ordinário do órgão gestor.
3.3.90.36.00 – Outros Serviços – PF	**R$ 10.000,00**	Reserva moderada para profissionais especializados, oficineiros e serviços eventuais de pessoa física, quando essa forma de contratação for juridicamente adequada.
3.3.90.39.00 – Outros Serviços – PJ	**R$ 235.000,00**	Rubrica central para efetiva implementação da política de Turismo: marketing, promoção, projetos técnicos, capacitação, pesquisas, roteirização, sinalização, serviços especializados, desenvolvimento de produtos e estruturação turística.
3.3.90.40.00 – Tecnologia da Informação	**R$ 15.000,00**	Site turístico, banco de imagens, inventário, cadastro do trade, pesquisas, sistemas, ferramentas digitais e disponibilização das informações ao visitante.
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	**R$ 50.000,00**	Reserva para pequenas intervenções estruturais, acessibilidade, melhoria de

Natureza	Proposta	Justificativa
		atrativos, instalações e outras ações físicas compatíveis com a política turística.
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	**R$ 50.000,00**	Aparelhamento do órgão gestor e aquisição de equipamentos permanentes necessários ao atendimento, promoção, registro, eventos turísticos e ações externas.
TOTAL	**R$ 400.000,00**	

Defesa geral do FUMTUR

O FUMTUR dispõe em 2026 de orçamento muito reduzido diante das responsabilidades do setor. A manutenção de uma política turística com apenas recursos suficientes para contribuições e alguns serviços impede qualquer atuação verdadeiramente estruturante.

O PMDTS estabeleceu cinco eixos e definiu como prioridades, entre outras ações, sinalização turística, estruturação de atrativos, qualificação profissional, produção de informação, marketing, roteirização e turismo ecológico, rural, de aventura e de eventos. A sinalização turística urbana, rodoviária e rural, por exemplo, foi considerada Ação Estratégica Prioritária e recebeu estimativa histórica de R$ 300 mil no próprio Plano.

O Plano também prevê ações permanentes de informação, incluindo banco de imagens, cadastro do setor, pesquisa de demanda e disponibilização das informações em meio digital.

A proposta de **R$ 400 mil** deve, portanto, ser compreendida como patamar mínimo para iniciar o real fortalecimento da política turística, e não como expansão desproporcional de custeio.

III – FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA – FACI

Lei Municipal nº 1.733/2026

Proposta global para 2027: R$ 220.000,00

A criação do FACI modificou estruturalmente a política cultural do Município.

Ele **não substitui o Fundo do Patrimônio Cultural** e não deve ser contabilmente confundido com ele.

O FUMPAC mantém a estrutura pública, pessoal, preservação, serviços, equipamentos e ações institucionais.

O FACI possui como finalidade específica **fomentar a atividade cultural e transferir recursos para projetos, agentes, organizações e iniciativas culturais**, conforme as hipóteses previstas na nova legislação.

A Lei nº 1.733/2026 determina expressamente que o FACI promova desenvolvimento, descentralização e democratização do acesso aos bens e serviços culturais e financie produção, fazer artístico, circulação e distribuição cultural.

Também prevê como fontes do Fundo as dotações inseridas no **PPA, LDO e LOA**, além de doações, convênios, acordos, contratos e outras receitas legalmente destinadas ao FACI.

Assim, é essencial que o FACI já tenha dotação própria na LOA de 2027.

Natureza	Proposta	Fundamentação
3.3.90.48.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	**R$ 100.000,00**	Reserva destinada ao financiamento de projetos de agentes culturais pessoas físicas e coletivos, por meio dos instrumentos juridicamente cabíveis.
3.3.60.45.00 – Subvenções Econômicas	**R$ 50.000,00**	Reserva para projetos apresentados por agentes culturais constituídos sob forma empresarial, quando este for o enquadramento contábil e jurídico adequado.
3.3.50.43.00 – Subvenções Sociais	**R$ 50.000,00**	Apoio a associações, entidades e organizações culturais sem fins lucrativos, observadas as normas aplicáveis às transferências e instrumentos de parceria.

Natureza	Proposta	Fundamentação
SUBTOTAL – FOMENTO DIRETO	**R$ 200.000,00**	Recursos destinados efetivamente à comunidade cultural.
3.3.90.36.00 – Serviços de Terceiros – PF	**R$ 5.000,00**	Contratação de pareceristas externos pessoas físicas e outros serviços técnicos necessários à seleção, quando legalmente cabível.
3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – PJ	**R$ 15.000,00**	Pareceristas ou empresas especializadas, inclusive apoio técnico relacionado à execução de políticas e editais decorrentes da PNAB, LPG ou outros programas culturais, quando necessário.
TOTAL DO FACI	**R$ 220.000,00**	

Defesa geral do FACI

A Lei nº 1.733/2026 autoriza a aplicação do FACI por editais públicos, premiações, bolsas, instrumentos com organizações da sociedade civil, eventos de mérito cultural e apoio a projetos de interesse público. Determina ainda acompanhamento pelo CMCI e controle financeiro pelo Setor de Fazenda.

A própria legislação prevê que os projetos financiados sejam avaliados por **pareceristas externos**, justificando a existência de dotação operacional distinta dos valores destinados aos próprios projetos.

Os **R$ 200 mil destinados ao fomento** devem permanecer claramente identificáveis, evitando que custos administrativos consumam o valor destinado aos agentes culturais.

Ressalva-se que as naturezas **3.3.60.45.00, 3.3.50.43.00 e 3.3.90.48.00** são apresentadas como proposta inicial e deverão ser validadas pelo Setor Contábil conforme o instrumento jurídico de transferência, a personalidade jurídica do beneficiário e as normas contábeis vigentes no exercício.

CONSOLIDAÇÃO DA SOLICITAÇÃO

Fundo	Proposta 2027
Fundo Municipal do Patrimônio Cultural – FUMPAC	R$ 3.508.100,00
Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR	R$ 400.000,00
Fundo Municipal de Apoio à Cultura – FACI	R$ 220.000,00
TOTAL GERAL DA PROPOSTA	R$ 4.128.100,00

Importante registrar que o total acima compreende **três políticas orçamentárias de finalidade distinta**, não devendo o valor global ser interpretado como uma única despesa da área cultural.

O FUMPAC suporta estrutura pública e atividades relacionadas à administração e ao patrimônio cultural; o FUMTUR financia o

desenvolvimento turístico; e o FACI passa a constituir instrumento específico de **fomento direto à produção cultural da sociedade**, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 1.733/2026.

A separação dessas estruturas também permitirá ao Município demonstrar, com maior clareza, quanto efetivamente investe:

a) na preservação, estrutura e serviços públicos culturais;

b) no desenvolvimento turístico; e

c) diretamente nos artistas, produtores, entidades e projetos culturais locais.

Solicitamos, portanto, que as dotações acima sejam analisadas e, dentro das possibilidades fiscais e orçamentárias do Município, **preservadas na elaboração da proposta da LOA 2027 e compatibilizadas com o PPA e a LDO**, evitando-se reduções que comprometam a execução das políticas públicas ora estruturadas.

Havendo necessidade de adequação de nomenclatura, fonte/destinação, elemento de despesa, ação, subfunção ou classificação contábil, solicita-se que os ajustes sejam realizados **preservando-se, sempre que possível, os montantes globais e as finalidades materiais aqui apresentadas**, especialmente:

a) R$ 200.000,00 destinados diretamente ao fomento cultural pelo FACI;

b) R$ 400.000,00 para o fortalecimento do FUMTUR;

c) e a manutenção da capacidade de execução do FUMPAC no patamar demonstrado pela execução de 2026.

Atenciosamente,

Itapeva/MG, 25 de agosto de 2026.

Professor MARCELO GUIDO BEKER
Diretor Municipal de Cultura e Turismo
Prefeitura Municipal de Itapeva/MG

Ficha	C.A.	Func/Prog	Catgo	Especificação	Dotac Inicial	Alter (+)	Alter (-)	Dotação	Empenhado	Saldo	Reservado	Sd c. Reserva
574				MUNICIPIO DE ITAPEVA - MINAS GERAIS								
02				PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA								
02 09				SECRETARIA DE ESPORTES, CULT., LAZER E TURISMO								
020901				SECRETARIA DE ESPORTES, CULT. LAZER E TURISMO								
27	**812**	**2006**	**2028 0000**	**MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ESPORTE E LAZER DO MUNICIPIO**								
426	000.000		3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	29.940,00	30.060,00	0,00	30.060,00
427	000.000		3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	175.796,28	24.203,72	0,00	24.203,72
428	000.000		3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	19.970,33	29,67	0,00	29,67
429	000.000		3.1.91.13.00	Obrigações Patronais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	7.318,50	2.681,50	0,00	2.681,50
430	000.000		3.3.90.14.00	Diárias – Pessoal Civil	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	7.460,00	2.540,00	0,00	2.540,00
431	000.000		3.3.90.30.00	Material de Consumo	50.000,00	26.000,00	0,00	76.000,00	74.023,43	1.976,57	0,00	1.976,57
432	000.000		3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
433	000.000		3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00	201.080,00	0,00	211.080,00	210.613,77	466,23	0,00	466,23
434	000.000		3.3.90.46.00	Auxílio-alimentação	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	18.580,32	6.419,68	0,00	6.419,68
435	000.000		3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	30.000,00	0,00	-12.500,00	17.500,00	4.600,00	12.900,00	0,00	12.900,00
436	000.000		4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00	2.780,00	-10.000,00	2.780,00	2.780,00	0,00	0,00	0,00
27	**812**	**2006**	**2038 0000**	**EMENDA IMPOSITIVA VEREADORES**								
437	000.000		3.3.90.30.00	Material de Consumo	49.980,45	0,00	0,00	49.980,45	44.549,93	5.430,52	0,00	5.430,52
438	000.000		3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	44.000,00	0,00	0,00	44.000,00	37.560,00	6.440,00	0,00	6.440,00
439	000.000		4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	33.980,45	0,00	0,00	33.980,45	7.136,12	26.844,33	0,00	26.844,33
27	**813**	**2006**	**1012 0000**	**CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE QUADRAS E COMPLEXOS ESPORTIVOS**								
440	000.000		4.4.90.51.00	Obras e Instalações	50.000,00	0,00	-47.350,00	2.650,00	0,00	2.650,00	0,00	2.650,00
441	069.000		4.4.90.51.00	Obras e Instalações	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
562	024.000		4.4.90.51.00	Obras e Instalações	0,00	300.000,01	0,00	300.000,01	300.000,01	0,00	0,00	0,00
020902				FUNDO MUNICIPAL DO PATRIMONIO CULTURAL								
13	**392**	**2003**	**1016 0000**	**EMENDA IMPOSITIVA VEREADORES PARA INVESTIMENTO**								
442	000.000		4.4.90.51.00	Obras e Instalações	58.960,90	0,00	-58.960,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
598	000.000		4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	0,00	58.960,90	0,00	58.960,90	46.754,00	12.206,90	0,00	12.206,90
13	**392**	**2003**	**2029 0000**	**MANUTENCAO DOS SERVICOS DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA**								
443	000.000		3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	10.000,00	0,00	-5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
444	000.000		3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	43.226,17	46.773,83	0,00	46.773,83
445	000.000		3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	6.076,08	3.923,92	0,00	3.923,92
446	000.000		3.3.50.41.00	Contribuições	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
447	000.000		3.3.90.30.00	Material de Consumo	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	39.444,21	10.555,79	0,00	10.555,79
448	000.000		3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00

Ficha	C.A.	Func/Prog	Catgo	Especificação	Dotac Inicial	Alter (+)	Alter (-)	Dotação	Empenhado	Saldo	Reservado	Sd c. Reserva
574				MUNICIPIO DE ITAPEVA - MINAS GERAIS								
02				PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA								
02 09				SECRETARIA DE ESPORTES, CULT., LAZER E TURISMO								
020902				FUNDO MUNICIPAL DO PATRIMONIO CULTURAL								
13	**392**	**2003**	**2029**	**0000 MANUTENCAO DOS SERVICOS DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA**								
449	000.000	3.3.90.36.00		Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000,00	105.000,00	0,00	110.000,00	109.316,81	683,19	0,00	683,19
610	000.000	3.3.90.36.00		Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0,00	8.500,00	0,00	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00
450	000.000	3.3.90.39.00		Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.500.000,00	258.500,00	0,00	2.758.500,00	2.758.259,27	240,73	0,00	240,73
451	033.000	3.3.90.39.00		Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
452	034.000	3.3.90.39.00		Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
453	000.000	3.3.90.39.00		Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00	0,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
600	024.000	3.3.90.39.00		Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00
454	000.000	3.3.90.40.00		Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pess	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	1.353,61	1.646,39	0,00	1.646,39
455	000.000	3.3.90.46.00		Auxílio-alimentação	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	3.825,36	6.174,64	0,00	6.174,64
456	000.000	4.4.90.52.00		Equipamentos e Material Permanente	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	2.510,00	7.490,00	0,00	7.490,00
13	**392**	**2003**	**2038**	**0000 EMENDA IMPOSITIVA VEREADORES**								
457	000.000	3.3.90.39.00		Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	85.000,00	0,00	0,00	85.000,00	10.000,00	75.000,00	0,00	75.000,00
020903				FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO								
23	**695**	**2007**	**2030**	**0000 MANUTENCAO DOS SERVICOS TURISTICOS DO MUNICIPIO**								
458	000.000	3.3.50.41.00		Contribuições	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	17.553,60	2.446,40	0,00	2.446,40
459	000.000	3.3.90.30.00		Material de Consumo	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
460	000.000	3.3.90.39.00		Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	60.000,00	0,00	-20.000,00	40.000,00	35.128,00	4.872,00	0,00	4.872,00
461	000.000	4.4.90.52.00		Equipamentos e Material Permanente	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
02 10				SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL								
021001				SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL								
08	**244**	**2005**	**2036**	**0000 MANUTENCAO DOS SERVICOS DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**								
462	000.000	3.1.90.04.00		Contratação por Tempo Determinado	65.000,00	0,00	-35.200,00	29.800,00	1.267,48	28.532,52	0,00	28.532,52
463	000.000	3.1.90.11.00		Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	210.000,00	0,00	-20.500,00	189.500,00	8.644,73	180.855,27	0,00	180.855,27
464	000.000	3.1.90.13.00		Obrigações Patronais	15.000,00	0,00	-14.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
465	000.000	3.1.90.16.00		Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
466	000.000	3.1.90.94.00		Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
467	000.000	3.1.91.13.00		Obrigações Patronais	45.000,00	0,00	-10.300,00	34.700,00	0,00	34.700,00	0,00	34.700,00
468	000.000	3.3.90.08.00		Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
469	000.000	3.3.90.14.00		Diárias – Pessoal Civil	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
470	000.000	3.3.90.46.00		Auxílio-alimentação	25.000,00	0,00	-22.500,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00

Recebido
30/09/2026
Anderson F M Silva

Ao Senhor

ANDERSON FRAGA DE MELO DA SILVA

Contador do Município de Itapeva/MG

Assunto: Implantação e operacionalização do Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Itapeva/MG – FACI – inscrição no CNPJ e abertura de conta bancária específica.

Senhor Contador,

Considerando a criação do **Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Itapeva/MG – FACI**, por meio da **Lei Municipal nº 1.733/2026**, bem como os atos posteriores de regulamentação, composição e instalação do Conselho Municipal de Cultura de Itapeva/MG – CMCI, encaminho a Vossa Senhoria a documentação anexa para adoção das providências necessárias à efetiva operacionalização do referido Fundo.

Dessa forma, **solicito** que sejam adotadas as seguintes providências:

I – promover a **inscrição própria do Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Itapeva/MG – FACI no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ**, observando-se a natureza jurídica e demais exigências cadastrais aplicáveis aos fundos públicos integrantes da Administração Direta Municipal;

II – concluída a inscrição no CNPJ, adotar, conjuntamente com a **Tesouraria Municipal**, as providências necessárias para a **abertura de**

conta bancária específica do FACI junto ao Banco do Brasil, em nome do Fundo e vinculada ao respectivo CNPJ;

III – observar, para fins de movimentação bancária, as disposições constantes do Decreto Municipal regulamentador do FACI, especialmente quanto à atuação conjunta do **Prefeito Municipal e do Tesoureiro Municipal**, bem como os procedimentos exigidos pela instituição financeira;

IV – promover os registros contábeis, cadastrais, orçamentários e financeiros necessários à individualização das receitas, despesas, saldos e movimentações do Fundo;

V – após a conclusão das providências, encaminhar à Diretoria Municipal de Cultura e Turismo cópia do **Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ**, bem como os dados referentes à **agência e conta bancária específica do FACI**, para juntada ao processo administrativo e continuidade dos atos de implantação do Fundo.

Caso sejam exigidos documentos ou informações complementares pela Receita Federal, REDESIM, Banco do Brasil ou outro órgão envolvido no procedimento, solicita-se que sejam providenciados junto aos setores municipais competentes, comunicando-se esta Diretoria caso seja necessária alguma manifestação específica.

Seguem anexos ao presente Ofício:

1. Lei Municipal nº 1.733/2026;

2. Decreto Municipal de composição/nomeação do Conselho Municipal de Cultura – CMCI;

3. Decreto Municipal de regulamentação e operacionalização do FACI;
4. Termo de Compromisso e Posse dos membros do Conselho Municipal de Cultura.

Renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

PROF. MARCELO GUIDO BEKER
Diretor Municipal de Cultura e Turismo
Município de Itapeva/MG